

Senador quer punição para envolvidos no caso Paiva

Janio de Freitas

Vitória promissora

A brilhante vitória do senador Mário Covas na disputa pela liderança do PMDB na Constituinte, contra todas as pressões desencadeadas pelo Planalto e alimentadas por Ulysses Guimarães, impõe afitiva derrota ao presidente Sarney e seus intentos de amoldar a Constituinte aos projetos pessoais que acalentava. Neste sentido, o novo êxito do parlamentar mais votado do país foi, também, uma vitória preliminar da própria Constituinte.

A surpresa de que se revestiu a vitória de Covas deve-se ao trabalho de grande parte dos meios de comunicação, por inspirações de origem planaltina, para promover o outro candidato, deputado Luiz Henrique, já líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Mas o fato de Covas manter sua candidatura até o fim, contra tantas pressões, já era indicativo de que sua vasta competência política lhe indicava, no mínimo dos mínimos, condições de enfrentar o adversário até o último voto.

Político de convicções, respeitado no partido e já detentor da experiência de liderança, adquirida como ótimo líder na Câmara e por isso cassado pelo general Geisel, a testa dos constituintes do PMDB o senador Covas empobrece muito a influência de Ulysses Guimarães sobre os parlamentares constituintes, quase que a circunscrevendo ao chamado grupo ulíssista.

Caso Mário Covas se saia bem no exercício da liderança, sem dúvida será elevado a figurar entre os possíveis ocupantes dos postos mais altos da República. Com 25% do

eleitorado brasileiro em São Paulo, desempenho consagrador na obra da Constituição e eleição direta à frente, a vitória de ontem pode lhe fazer o futuro.

Razões da razão

Fernão Bracher abriu, enfim, uma via de acesso aos seus motivos para exonerar-se da presidência do Banco Central. A alegada divergência com Sarney e Funaro, em torno da altitude estratérgica dos juros, desse logo mostrou-se inconveniente, sabendo-se que as taxas de juros são combinadas dia a dia entre o BC e a Fazenda. E os juros, depois da exoneração, sequer olharam para baixo.

A seminoratória, logo em seguida, ofereceu uma pista imediata. E correta. Bracher considerou absurdo suspender o pagamento dos juros externos sem qualquer plano de ação. Mas não foi tudo. A par da jogada política da seminoratória, Bracher assomou-se com as idéias que Funaro e seus assessores tinham, ou têm, de um pretendido Cruzado 3. Aí, concluiu que era hora de sair despresada.

Ao comunicar a João Sayad sua intenção de exonerar-se, Bracher ouviu dele: "Você não está vendo que eles não conseguem nem escrever? Quanto mais montar um piano".

Sayad pode ter razão, mas, pelo que lhe ocorreu, talvez alguém ali saiba escrever, nos planos alheios, coisas demolidoras.

Sarney quer ampliar influência junto a deputados e senadores

MÁRCIO CHAER

Repórter da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney lançou uma ofensiva com o objetivo de ampliar sua influência junto aos deputados e senadores que integram o Congresso constituinte. A estratégia — que se baseia em contatos diretos e frequentes entre os constituintes e pessoas da confiança do presidente, designados diretamente por ele para esta tarefa — nasceu da dificuldade que o Planalto enfrentou, há três semanas, para impedir que o Congresso constituinte incluisse em seu regimento um item que permitia alterar a atual Constituição e definir a duração do mandato de Sarney.

O presidente nomeou como "proselitistas oficiais", como ele próprio designou, os ministros Marco Maciel, do Gabinete Civil, Paulo Brossard, da Justiça, e o consultor-geral da Repúblia, Saulo Ramos. A faixa dos constituintes mais visada é a peemedebista. Amanhã, o presidente promoverá uma reunião no Palácio do Planalto, para a qual foram convidados todos os constituintes do PMDB e suas mulheres.

O consultor Saulo Ramos passou toda a última terça-feira recebendo parlamentares, Marco Maciel fez o mesmo. Paulo Brossard cancelou uma programação de viagens para ficar em Brasília e atender o pedido do presidente. Sarney, que dedica todo o expediente das quintas-feiras para receber parlamentares, agora já está abrindo vagas, em sua agenda, em outros dias da semana para conversar com deputados e senadores.

Também os demais ministros, por conta própria, estão se envolvendo na "operação proselitismo". Os deputados evangélicos — 34 ao todo — encontraram-se ontem pela segunda vez com o ministro da Agricultura, Iris

Rezende, que os convidou sem pauta determinada para conversar. O ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, por sua vez, recebeu toda a bancada de seu Estado, o Rio de Janeiro, também sem assunto pré-estabelecido.

A preocupação do Planalto soma-se à insegurança de cada ministro diante da iminência da reforma ministerial. Hoje, por exemplo, o ex-ministro João Sayad, que já havia convidado, individualmente, para audiências, o deputado Sigmarino Seixas (PMDB-DF) e o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), receberia o grupo de dezoito deputados economistas do PMDB, para discutir com eles o seu plano econômico.

"O diálogo é o que há de mais natural na política", declarou o subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique Hargreaves. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, brincou: "Esse pessoal bebe um bocadinho. Se essa Constituição não ficar pronta logo vou acabar com uma cirrose hepática".

O senador Ronan Tito (PMDB-MG) considera "artificial" a iniciativa do governo. "Não é por aí. O máximo que eles podem conseguir é quebrar o gelo entre o Palácio e o Congresso, mas o que precisamos é mais do que isso". Outros parlamentares, no entanto, estão gostando do novo comportamento do governo. "Quanto mais aproximação, melhor", disse Heráclito Fortes (PMDB-PI).

Nas outras legendas, a receptividade não é diferente. O deputado Augusto de Carvalho (PCB-DF) ficou surpreso com a rapidez com que a sua audiência com Sarney foi marcada. "Fui recebido apenas três dias depois do meu pedido", disse ele.

Siqueira Campos (PDC-GO) conseguiu levar ao Planalto um grupo de representantes da região Centro-oeste.

Porta-voz atribui ao SNI "scramble" no Planalto

Da Sucursal de Brasília

Foi o próprio Serviço Nacional de Informações (SNI) que adaptou ao aparelho telefônico usado pelo presidente José Sarney um "scramble" (misturador de vozes), para impedir que suas conversas sejam gravadas por espionas. A afirmação foi feita ontem pelo porta-voz da Presidência da República, jornalista Frota Neto, que negou a existência de espionagem eletrônica no Palácio do Planalto.

Segundo o secretário de Imprensa, o SNI instalou o misturador para evitar o risco de "vazamento" das conversas do presidente. "A escuta telefônica é possível tecnicamente. Basta ver os anúncios de detetives particulares para se verificar isso. Diante do risco de escuta por particu-

lares, além de linhas cruzadas, o próprio SNI tomou a precaução de instalar o aparelho em algumas de suas linhas e na do presidente Sarney", afirmou o porta-voz.

Frota Neto disse que o uso do aparelho pelo presidente Sarney nada tem a ver com espionagem eletrônica. Segundo disse, o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, "tem dito reiteradas vezes que o serviço não faz escuta telefônica. Todos podem ficar tranquilos que o SNI não está fazendo escuta", acrescentou.

Considerando "pueril" a hipótese de espionagem das conversas do presidente pelo SNI, Frota Neto invocou novamente declarações do general Ivan Mendes, de que pedirá exoneração do cargo no dia em que perder a confiança do presidente.

TVs e rádios terão programa diário sobre Constituinte

Da Sucursal de Brasília

A partir da próxima semana todas as emissoras de rádio e televisão do país passarão a veicular dois programas diários, de cinco minutos cada um, a respeito dos debates do Congresso constituinte.

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), já fez os acertos finais com o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, para a mobilização de uma equipe técnica e a instalação de equipamentos de gera-

Das Sucursais,
dos correspondentes
e da Reportagem Local

O senador Mário Covas (SP), eleito ontem para a liderança do PMDB no Congresso constituinte, defende a necessidade de punição para as pessoas envolvidas no caso Rubens Paiva. Ele disse ontem em Brasília que, caso fique comprovada a participação dos cinco militares — apontados anteontem pelo ex-procurador-geral da Justiça Militar, Leite Chaves — no sequestro e morte do ex-deputado, eles devem ser punidos. "Não tenho dúvida em ficar com a manifestação do procurador", declarou.

O procurador da Justiça Militar do Rio, Paulo Cesar Siqueira Castro disse ontem que irá ouvir os cinco militares acusados pelo ex-procurador, mas afirmou que isso só vai acontecer quando o general Brun Negreiros, do Comando Militar Leste — acusado por Leite Chaves de tentar

retardar o processo dos implicados, enviar à Justiça Militar o inquérito que apura o crime.

O senador Leite Chaves disse que chegou aos nomes divulgados a partir de uma "investigação paralela" ao IPM, "pois o presidente do inquérito, general Adriano Pinheiro da Silva, deixou que o prazo de quarenta dias para as apurações terminasse sem que fosse apresentada uma conclusão e sem que tivesse pedido prorrogação do tempo por mais vinte dias para continuar os trabalhos". Leite Chaves afirmou que, embora tenha divulgado os nomes de cinco suspeitos no desaparecimento de Rubens Paiva, não pôde pedir o indiciamento deles por uma questão técnica. Segundo Leite Chaves, os autos do IPM ainda não foram remetidos à Procuradoria Geral da Justiça Militar.

Leite Chaves tomou posse ontem no Senado (na vaga deixada pelo novo governador do Paraná, Alvaro Dias). Hoje será publicado o decreto presidencial no "Diário Oficial" da União,

nomeando o novo procurador, Eduardo Pires Gonçalves, que é irmão do ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves e é procurador militar de carreira.

O ministro do Exército não vai se pronunciar sobre o assunto, segundo a informação de seu porta-voz, general Carlos Olavo Guimarães. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, declarou não estar acompanhando este caso que considera ser "um problema da Justiça". Segundo ele, a Aeronáutica não tem condições de emitir qualquer opinião sobre o fato. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, 62, disse que o assunto não está sendo tratado no âmbito de seu ministério.

Apesar das denúncias, o capitão Corbage continua fazendo o curso superior da PM até que a Justiça Militar decida o contrário. Essa é a posição do Comando Geral da corporação, transmitida ontem no Rio pelo seu porta-voz, major Lenine de Freitas. O comandante da Escola

Superior da corporação, coronel Jorge de Paula, não quis confirmar se ele compareceu às aulas ontem, mas disse que o capitão não estava autorizado a dar entrevistas.

A psicóloga e professora universitária Cecília Coimbra, 46, secretária-geral do grupo "Tortura Nunca Mais", do Rio, disse ontem, às 17h, por telefone, em Niterói, que ela e seu marido, o psicólogo José Novais, foram "pessoalmente" torturados pelo capitão Corbage, em agosto de 1970, no DOI-Codi fluminense, na Rua Barão de Mesquita (Tijuca, zona norte do Rio).

O novo secretário de Polícia Civil do Rio, Marcos Heusi, disse ontem que as escavações na área onde teria sido enterrado o ex-deputado serão retomadas "em breve". Elas foram paralisadas há quatro dias, depois que Heusi extinguiu o Departamento de Investigações Especiais, órgão encarregado das investigações.

Acusados estão nos arquivos da Cúria de SP

Da Reportagem Local

Os nomes dos cinco militares apontados anteontem, pelo ex-procurador da Justiça Militar Francisco Leite Chaves, como responsáveis pelo sequestro, tortura e morte do ex-deputado Rubens Paiva, em janeiro de 1971, constam dos arquivos do Projeto "Brasil: Nunca Mais" da Cúria Metropolitana de São Paulo — que levanta, há oito anos, dados sobre a repressão política ocorrida durante o regime instalado pelo movimento militar de março de 1964. A informação foi prestada ontem, às 15h, pelo pastor presbiteriano Jaime Wright, um dos coordenadores da pesquisa.

Minha conclusão, porém, é meramente doutrinária. O fato concreto é que os acusados estão denunciados pela autoridade competente. Vale dizer que o processo contra eles começou. Terão de se defender.

Discussão aspectos de fato e de direito. Poderão, eventualmente, impetrar habeas-corpus. Caso contrário, o processo será regularmente instruído, no Rio, até o final do processamento. Serão interpostos os recursos regulares, após o julgamento em primeiro grau. O caso poderá chegar ao Superior Tribunal Militar, embora com muitos obstáculos pela frente, até o Supremo Tribunal Federal. Mas, para isto, muitos anos se passarão.

Na interpretação do parágrafo 2º do art. 1º da lei 6.683 (que é o dispositivo no qual vem enunciada a exceção) o técnico e o cidadão entram em choque. O cidadão entende que todo delito praticado por agente do Estado — e, portanto, amparado pelo imenso e disforme aparelho repressivo oficial — deve ser punido. Sem anistia de qualquer espécie. O técnico que lê a lei deve, por outro lado, dizer que a interpretação favorece os que mataram Paiva.

A mencionada lei foi publicada em 28 de agosto de 1979. O parágrafo 2º, ao qual fiz menção, começava dizendo "exetuam-se dos benefícios da

anistia os que foram condenados..." O verbo, portanto, é usado no passado, em relação à data da publicação da lei. A locução verbal "foram condenados" alude a um fato passado e pressupõe que a condenação tivesse transitado em julgado na data da lei. Ou seja, que todos os recursos houvessem sido opostos contra ela e nenhum outro existisse para ser oferecido. Se a lei exclusivamente anistia os que houvessem cometido crimes, independentemente de terem sido condenados ou não, os assassinos de Rubens Paiva poderiam ser condenados. Contudo, nos termos em que o texto legal está redigido, essa conclusão, lamentavelmente, não é possível. Só não foram atingidos pela prática de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

Minha conclusão, porém, é meramente doutrinária. O fato concreto é que os acusados estão denunciados pela autoridade competente. Vale dizer que o processo contra eles começou. Terão de se defender.

Discussão aspectos de fato e de direito. Poderão, eventualmente, impetrar habeas-corpus. Caso contrário, o processo será regularmente instruído, no Rio, até o final do processamento. Serão interpostos os recursos regulares, após o julgamento em primeiro grau. O caso poderá chegar ao Superior Tribunal Militar, embora com muitos obstáculos pela frente, até o Supremo Tribunal Federal. Mas, para isto, muitos anos se passarão.

Já o capitão do Exército Júlio Gomes Carneiro consta das listas do "Brasil: Nunca Mais" como "um dos mais notórios torturadores no período da repressão política". Foi denunciado por dezessete presos políticos em 1964, quando Batista Leão era subordinado ao capitão Avólio.

Batista Leão era subordinado ao capitão Avólio.

Avólio era subordinado ao capitão

Ronaldo José da Mota Batista Leão, um dos acusados agora, e era quem comandava o PIC, diretamente ligado a Leão", afirmou. Segundo Lobo,

"é estranho que alguém diretamente ligado ao PIC não tenha sido chamado para depor nem no inquérito da

Policia Federal, em que eu estou envolvido", disse Lobo.

Em 1969, o coronel do Exército Ronaldo José da Mota Batista Leão foi denunciado como torturador por presos políticos, na Justiça Militar do Rio, e está incluído em quatro itens do levantamento do "Brasil: Nunca Mais": nas listas alfabeticas de pessoas que participaram de diligências e investigações contra acusados de crimes políticos; na lista dos militares que atuaram como escritórios em IPMs (Inquéritos Policiais Militares) em 1968, quando Batista Leão era capitão; na lista alfabetica dos membros de órgãos de repressão, como integrante do Pelotão de Investigações Criminais (PIC) do Exército, e no quadro de execuções diretas de torturas a presos políticos. De acordo com as investigações do "Brasil: Nunca Mais", a primeira participação de Ronaldo Batista Leão em atividades de repressão política ocorreu em 1964, no Rio, quando era primeiramente tenente e integrava, logo após a queda do governo João Goulart, um grupo de diligências que procurava acusados de "subversão".

Já o capitão do Exército Júlio Gomes Carneiro consta das listas do "Brasil: Nunca Mais" como "um dos mais notórios torturadores no período da repressão política". Foi denunciado por dezessete presos políticos em 1964, quando Batista Leão era subordinado ao capitão Avólio.

Belo Horizonte (onde atuava no 12º Regimento de Infantaria do Exército) e no Rio de Janeiro. Sob acusações de prática de torturas, seu nome consta de nove processos na Justiça Militar fluminense. Quantitativa, o capitão do Exército Arédise Barbosa Torres, está relacionado como torturador desde 1969, quando era sargento e servia no PIC, no Rio.

O "Brasil: Nunca Mais" inclui o nome do sargento Eduardo Ribeiro Nunes entre os militares do PIC de Brasília acusados de prática de torturas, em processo de 1971. O capitão da Polícia Militar do Rio, Capitão Corbage, está incluído nos arquivos da Cúria, como "membro de órgãos de repressão" quando era primeiramente tenente da PM carioca.

Os dados sobre os cinco militares constam dos doze novos volumes do Projeto "Brasil: Nunca Mais", em fase final de impressão, por encargo da Cúria Metropolitana, e complementam o livro "Brasil Nunca Mais", publicado em 1985. No próximo mês, esses novos volumes — em trinta coleções, totalizando sete mil páginas — serão colocados à disposição de entidades de defesa dos direitos humanos do Brasil.

As exceções da anistia

WALTER CENEVIVA

Da equipe de articulistas da Folha

Em agosto de 1979 os autores de crimes políticos ou conexos, cometidos a partir de 1961, foram anistiados. A lei 6.683, então publicada, estendeu a anistia a outras hipóteses, mas hoje cuida apenas do caso Rubens Paiva.